

TRABALHO E EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO: um estudo sobre a formação do jovem trabalhador*

Drielle Fernanda de Azevedo¹

1. Introdução

Neste capítulo abordamos a formação do jovem trabalhador na atualidade, tendo em vista que vivemos sob o regime do capitalismo de acumulação flexível.

Segundo Antunes (2000), a crise experimentada pelo capital e as respostas geradas por ela – das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da Era da Acumulação Flexível são expressão – têm acarretado, dentre outras consequências, profundas mutações no mundo do trabalho.

Tendo em vista tais mutações, apresentamos como objetivo discutir a formação do jovem trabalhador na atualidade para compreender o que a incentiva, sob qual discurso ela opera e quais seus efeitos na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, a discussão do tema foi realizada em três tópicos: trabalho no capital; educação no capital; e formação do jovem trabalhador na atualidade. Quanto ao primeiro tópico, partimos da origem da sociedade capitalista, que se deu por meio do rompimento das características da economia da sociedade feudal, passando pela crise do modelo taylorista/fordista e surgimento do toyotismo, em meados da década de 70 do século passado, chegando à sociedade capitalista de acumulação flexível dos nossos dias.

No que tange à educação no capital, abordamos sua influência sobre a educação desde o escravismo antigo, passando pela expansão da escola básica causada pela Revolução Industrial e chegando na conjuntura dos dias de hoje, na qual a educação tornou-se um dos requisitos para que o indivíduo exerça plenamente sua cidadania.

Finalmente, quanto à formação do jovem trabalhador, discutimos os aspectos listados anteriormente, atentando-nos, inclusive, à questão da formação da chamada subjetividade flexível.

2. Trabalho no capital

Conforme destaca Saviani (2007), a sociedade capitalista ou burguesa, ao constituir a economia de mercado, ou seja, a produção para a troca, inverteu as características próprias da sociedade feudal. Isto porque, naquela sociedade, dominava a economia de subsistência, e somente à medida que a produção excedesse as necessidades de consumo em certa proporção, poderia ocorrer alguma troca.

Nesse contexto, segundo o autor, o avanço das forças produtivas, ainda sob o feudalismo, intensificou o desenvolvimento da economia medieval, o que provocou a

* DOI - 10.29388/978-65-6070-028-4-0-f.46-54

¹ Assistente Social da Prefeitura de Uberlândia-MG. Especialista em Proteção integral à criança e ao adolescente pelo EDUCAMINAS e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU. E-mail: drielle-azevedo@hotmail.com.

geração sistemática de excedentes e ativou o comércio, culminando na organização da produção especificamente voltada para a troca, dando origem à sociedade capitalista. Dessa forma, aponta Saviani (2007), o desenvolvimento da produção conduziu à divisão do trabalho.

Tendo em vista essa questão do trabalho no capitalismo, de acordo com Previtali e Fagiani (2018), o fundamento específico sob o qual se produz a riqueza é o trabalho alienado, o trabalho não pago, imposto pelo capital sob a aparência de ser “livre”, operando no sentido de ocultar essa relação social de exploração.

Além disso, Braverman (1980) observa que o trabalhador aceita o contrato de trabalho porque as condições sociais não lhe dão outra alternativa para ganhar a vida, enquanto o empregador, por outro lado, é possuidor de uma unidade de capital que ele se esforça para ampliar e, nesse sentido, converte parte dela em salários. O autor ainda acrescenta que a transformação da humanidade trabalhadora em uma “força de trabalho”, em “fator de produção”, como instrumento do capital, é um processo incessante e interminável.

Essa afirmação, sobre tal processo ser incessante e interminável, nos remete às profundas transformações que ocorreram na sociedade capitalista, sobretudo as advindas do que Previtali e Fagiani (2015) citam como crise que se instaurou na acumulação taylorista-fordista a partir da segunda metade da década de 1970, o que impôs para as empresas a necessidade de encontrar uma força de trabalho mais complexa, mais heterogênea e mais multifuncional, a fim de ser explorada de forma mais intensa e sofisticada pelo capital. Nesse sentido, esses dois autores enfatizam que o processo de reestruturação produtiva das empresas nada mais é que a reestruturação do capital, visando assegurar sua expansão e acumulação.

Tendo em vista a realidade do taylorismo/fordismo, de acordo com Antunes (2000), o padrão produtivo desse binômio estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, a qual transformava a ação operária em um conjunto reducionista e repetitivo de atividades, cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor dos veículos.

Nesse ínterim, segundo Antunes (2000), havia a perda de destreza do labor operário, um processo de desantropomorfização do trabalho (perda da sua essência humana) e sua conversão em apêndice (pequena parte) da máquina-ferramenta, o que dotava o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho. Além disso, enfatiza o autor, a linha rígida de produção articulava os diferentes trabalhos, tecendo vínculos entre as ações individuais cujas ligações a esteira fazia.

Diante do exposto, Antunes (2000) salienta que o processo produtivo taylorista/fordista se caracterizou, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, somando-se a isso a vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. Assim sendo, tal processo de produção “suprimia” a dimensão intelectual do trabalho operário e a atividade laboral se reduzia a uma ação mecânica e repetitiva.

Considerando a crise desse modelo de produção, Antunes (2000) destaca, dentre os seus traços mais evidentes: a queda da taxa de lucro, advinda do aumento do preço da força de trabalho, que foi uma conquista da intensificação das lutas sociais dos anos 1960; e o

esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista, tendo em vista a incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava.

Portanto, destaca o autor, o amplo processo de reestruturação do capital que houve advindo dessa crise buscava a recuperação do seu ciclo produtivo, não se preocupando com a realidade caótica do trabalhador. De fato, de acordo com Navarro e Padilha (2007), o desenvolvimento que houve, nessa época, no processo de trabalho no capitalismo, não promoveu mudanças importantes na base técnica do processo de trabalho. Na verdade, a preocupação era com o desenvolvimento dos métodos e organização da atividade laboral, o que, segundo esses autores, aprofundou a divisão do trabalho introduzida pelo sistema de fábrica, assegurando, de forma definitiva, o controle do tempo do trabalhador pela gerência.

Nesse contexto de crise do taylorismo/fordismo, conforme apontam Navarro e Padilha (2007), tal modelo passou a conviver e ser substituído por outros modelos considerados mais “enxutos” e “flexíveis”, mais adequados às novas exigências capitalistas de um mercado cada vez mais globalizado, dentre os quais se destacou o toyotismo.

Sobre as principais características do toyotismo, Antunes (2000) elenca: é uma produção muito vinculada à demanda; fundamenta-se no trabalho em equipe, multifuncional; a produção se estrutura em um processo produtivo flexível; tem como princípio o melhor aproveitamento possível do tempo de produção; e os estoques são mínimos se comparados à realidade do fordismo.

De acordo com Antunes (2000), o toyotismo se desenvolve, como dito anteriormente, em uma estrutura produtiva de acumulação flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, como as empresas terceirizadas. Além disso, em consonância com o autor, houve, ao menos no campo discursivo, o advento de um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional e polivalente.

No entanto, segundo Antunes (2000), na verdade, trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial e real é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo muito ou eliminando tanto o trabalho improdutivo, que não gera valor, quanto suas formas assemelhadas. Desse modo, o teórico destaca que algumas das repercussões dessas mudanças no processo produtivo tiveram resultados imediatos no mundo do trabalho, tais como: desregulamentação enorme dos direitos do trabalhador; e destruição do sindicalismo de classe e sua conversão em um sindicalismo dócil, de parceria, ou mesmo um “sindicalismo de empresa”.

Nesse sentido, no que tange ao trabalho na sociedade capitalista contemporânea e levando em consideração que mudanças do toyotismo ainda estão curso, Previtali e Fagianí (2015) atestam que a nova ordem de acumulação do capitalismo ancora-se em relações de trabalho fundadas, dentre outros fatores, na redução expressiva do trabalho estável e contratado regularmente, concomitantemente ao aumento do emprego parcial, temporário, subcontratado e precário. Ademais, esses dois autores observam que as novas relações laborais têm imposto aos trabalhadores um intenso e cuidadoso monitoramento eletrônico, por meio de análises constantes de índices de produtividade, de desempenho, de satisfação etc.

Por fim, essa realidade é resumida por Navarro e Padilha (2007), os quais destacam que, ao longo do desenvolvimento do processo de trabalho, sobretudo no século XX, apesar das transformações e crises, não houve uma verdadeira ruptura com o caráter

capitalista do modo de produção e com o seu complexo plano ideológico de fragmentação da subjetividade a fim de facilitar a manutenção de seu projeto hegemônico. Assim sendo, os autores exemplificam tal fato citando a apologia ao individualismo e o aumento do desemprego, da intensificação e da precarização do trabalho nos diferentes setores da economia.

3. Educação no capital

Conforme destaca Saviani (2007), a divisão dos homens em classes provocou uma divisão também na educação. Dessa forma, o autor afirma que foi introduzida uma cisão na unidade da educação, que antes era identificada plenamente com o próprio processo de trabalho.

Nesse ínterim, segundo Saviani (2007), a partir do escravismo antigo, passaram a existir duas modalidades diferentes e separadas de educação: uma para a classe proprietária, que era identificada como educação dos homens livres; e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e dos serviçais. Nesse sentido, o teórico observa que a primeira era centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar, enquanto a segunda era assimilada ao próprio processo de trabalho. Assim sendo, essa primeira modalidade de educação deu origem à escola.

Considerando o processo histórico da escola, Saviani (2007) enfatiza que, devido à ruptura do modo de produção escravista, a sociedade feudal gerou um tipo de escola que em nada lembrava a Paideia Grega². Isso porque, afirma o autor, ao contrário da educação ateniense e esparta, como também da romana, nas quais o Estado desempenhava papel de importância, na Idade Média, as escolas trouxeram fortemente a marca da Igreja Católica.

No entanto, Saviani (2007) observa que o modo capitalista de produção provocou mudanças decisivas nessa educação confessional e colocou no centro o protagonismo do Estado, forjando a ideia de escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória, sendo que suas tentativas de realização passaram pelas mais diversas variações.

Tendo em vista esse resgate histórico da educação, esse autor enfatiza que, com o impacto da Revolução Industrial, por exemplo, os principais países assumiram a tarefa de organizar sistemas nacionais de ensino, buscando generalizar a escola básica. Dessa maneira, defende Saviani (2007), à Revolução Industrial correspondeu uma Revolução Educacional: a primeira colocou a máquina no centro do processo produtivo e a segunda estabeleceu a escola como forma principal e dominante de educação.

Considerando essa influência do capitalismo sobre a educação, a qual é atestada pela história, o autor expõe que o modo como está organizada a sociedade atual é referência para a organização do ensino fundamental. Dessa maneira, Saviani (2007, p. 160) destaca que: “O nível de desenvolvimento atingido pela sociedade contemporânea coloca a exigência de um acervo mínimo de conhecimentos sistemáticos, sem o que não se pode ser cidadão, isto é, não se pode participar ativamente da vida da sociedade”.

Essa afirmação nos remete às observações de Braverman (1980), segundo o qual o modo de produção capitalista está continuamente se expandindo a novas áreas de trabalho

² Educação na Grécia Antiga, que buscava a formação do homem em suas muitas esferas.

e, por isso, está sendo continuamente requintado e aperfeiçoado, de forma que sua pressão sobre os trabalhadores é incessante. Então, um dos modos de essa pressão se materializar é por meio da constante exigência de qualificação do trabalhador.

Sobre a questão da qualificação, Ferretti (2004) observa que a educação escolar, em sentido amplo, preocupa-se com a formação plena do indivíduo, como pessoa e como cidadão, contribuindo para a formação profissional de maneira indireta, por lhe proporcionar o acesso aos conhecimentos disciplinares e por entender que é parte dessa formação a compreensão do contexto em que o exercício da atividade profissional se realiza ou se realizará. Sendo assim, destaca o autor, a educação profissional é um recorte da educação escolar e dirige-se à formação profissional em sentido estrito, completando a formação em sentido amplo.

Tendo em vista a formação voltada para a qualificação profissional, Ferretti (2004) aborda o esquema trifásico de Paiva (1989 *apud* Ferretti, 2004) que, embora apresente problemas, tem notoriedade na sociologia do trabalho. Esse esquema aborda três fases dessa formação no decorrer das mudanças do processo do trabalho no capitalismo.

De acordo com Ferretti (2004), a primeira fase tem raízes no artesanato, o qual exigia dos aprendizes um longo processo de aprendizagem, envolvendo o domínio de todos os elementos envolvidos na elaboração de um produto (matéria-prima, instrumentos, métodos etc.) e, da parte dos mestres, um longo e paciente processo de formação do aprendiz.

A segunda fase, segundo Ferretti (2004), foi instituída pela manufatura ao promover, em suas duas formas, a divisão técnica do trabalho. Já a terceira fase foi desencadeada pelo avanço da tecnologia, a qual passou a demandar não mais trabalhadores aptos a realizar tarefas específicas e a operar máquinas isoladas, mas capazes de supervisionar a produção realizada por estas e de controlar a articulação entre a produção de várias máquinas sofisticadas.

Desse modo, afirma Ferretti (2004), nessa terceira fase, recobra-se que o executor tenha domínio do processo de trabalho por inteiro, o que institui sua requalificação. Assim sendo, o autor observa que se tende a vincular essa terceira fase à denominada reestruturação produtiva em curso.

Nesse sentido, considerando tal processo de reestruturação da produção e a questão da qualificação, de acordo com Pochmann (2012), no século XX, o acesso à educação, gradualmente, generalizou-se, alcançando parcelas crescentes do conjunto da sociedade urbano-industrial, com a universalização do acesso às faixas etárias mais precoces, transformando-se, portanto, em um dos requisitos de sociabilidade e preparação para o exercício do trabalho.

4. Formação do jovem trabalhador na atualidade

Em consonância com o que foi abordado anteriormente, de acordo com Previtali e Fagiani (2015), na sociedade capitalista atual, a luta por especialização é incentivada pela ideia de que o novo trabalhador deve ser mais escolarizado e qualificado. Isso porque, segundo Maciel e Previtali (2011, p. 67),

A nova educação orienta-se pelo conceito de multifuncionalidade, flexibilidade e empregabilidade, tendo como consequência um processo de individualização da formação do trabalhador, pelo qual se indica que cada um é responsável por buscar suas competências, a serem alcançadas, segundo o ideário neoliberal, com o desenvolvimento das habilidades básicas, específicas e de gestão.

Diante disso, tendo em vista essa corrida pelo dito constante aperfeiçoamento, é possível enxergar o que Antunes (2000) chama de atuação do capitalismo no plano ideológico, ilustrada pelo culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador, o qual faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social. Desse modo, tal individualismo reflete-se na competitividade do mercado de trabalho atual, que faz com que cada pessoa busque qualificar-se cada vez mais, a fim de construir um currículo que seja capaz de oferecer uma posição de destaque e vantagem em relação às outras.

É importante observar que essa exigência de competências do trabalhador remete às mudanças ocorridas no processo de trabalho no capitalismo a partir dos anos 1970, uma vez que, segundo Antunes (2000), o modelo de acumulação flexível fundamenta-se em um padrão produtivo e organizacional tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho as quais são próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Portanto, afirma o autor, exige-se um profissional que, pelo menos no âmbito do discurso, seja “polivalente”, “multifuncional” e “qualificado”.

De fato, de acordo com Pochmann (2012), desde a fase dos últimos 25 anos do século XX, encontram-se em curso inéditos requisitos da formação do novo trabalhador, mais condizentes com as alterações no conteúdo e nas condições de produção e gestão em rede por empresas cada vez mais internacionalizadas.

Isso ocorreu pois, conforme destaca Kuenzer (2003 *apud* Previtali; Fagiani, 2015), as características demandadas pelo novo trabalhador flexível envolvem o desenvolvimento de competências cognitivas superiores e de relacionamento, como: análise, síntese, criatividade, rapidez de resposta, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem e capacidade para trabalhar em grupo, liderar e gerenciar processos. Isso a fim de atingir metas, trabalhar com prioridades, avaliar, lidar com as diferenças, enfrentar os desafios das mudanças permanentes e buscar aprender permanentemente.

Como efeito, Pochmann (2012) destaca que, ao contrário do analfabetismo tradicionalmente identificado nos séculos XIX e XX, caracterizado pelo desconhecimento pleno da língua de origem, na atualidade ganha destaque o analfabetismo funcional, imposto pela mudança técnica e informacional. Nesse contexto, segundo o teórico, os perfis ocupacionais tendem a se relacionar com a crescente capacitação tecnológica.

Considerando essa realidade, Huws (2011 *apud* Fagiani; Previtali, 2018) aponta que a acumulação flexível atual se ancora em relações laborais fundadas na flexibilidade e no uso intensivo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Dessa forma, segundo esses autores, os jovens são mais adaptáveis ao uso dessas novas tecnologias.

Embora o desenvolvimento da tecnologia tenha pontos positivos, por outro lado, de acordo com Segnini (2007 *apud* Fagiani; Previtali, 2018), a incerteza e a fragilidade são

características do trabalho atualmente. Assim sendo, observam os autores, os jovens são fortemente afetados em sua subjetividade, podendo, por isso, desenvolver sentimentos de injustiça intra e intergeracional, acompanhados de insatisfação, frustração, depressão e raiva. Além disso, de acordo com Pochmann (2012), por meio do crescimento da tecnologia, é notável a extensão do trabalho exercido para além do local de trabalho, o que se configura como sobrecarga para esses jovens.

Nesse ínterim, inclusive, destacam Fagiani e Previtali (2018), há uma consciência apenas imediata e superficial dos jovens quanto aos mais profundos imperativos estruturais, sociais e culturais, sob os quais se apoiam a exploração e a dominação burguesa.

Ademais, nesse processo de formação do jovem trabalhador, de acordo com Fagiani e Previtali (2018), a educação materializada na escola resulta de uma construção histórica estabelecida a partir e na dinâmica das lutas entre as classes sociais. Dessa forma, observam esses teóricos, existe uma intencionalidade quanto aos objetivos educacionais societários que se consubstanciam em políticas educacionais.

Então, dentro dessa realidade, de acordo com Fagiani e Previtali (2018), as mudanças na educação básica e suas correlações no ensino superior visam a construção do consentimento sob o discurso ideológico da mobilidade social e das oportunidades àqueles mais qualificados. Em consonância com tal discurso, podemos citar a ideia difundida de que a educação, por si só, tem o poder de levar à ascensão social e melhorar todos os aspectos da vida dos jovens. Portanto, apontam os autores, essa ideologia, que é a dominante na sociedade brasileira, por exemplo, busca construir no imaginário coletivo uma falsa crença de que, para alcançar o sucesso, basta estar na escola, o que se caracteriza como total desconsideração das determinações histórico-estruturais mais amplas que condicionam os sujeitos sociais.

Dessa maneira, apontando para o contrário dessa utopia, embora tenha se intensificado a formação dos jovens, de acordo com Previtali e Fagiani (2015), o que se tem presenciado é a formação de um modelo produtivo que tem gerado emprego associado às novas tecnologias, mas com menores salários e apresentando piores condições de trabalho, contribuindo enormemente para a concentração de renda. Prova disso, segundo esses dois autores, é o fato de que a concentração de renda no mundo tem aumentado em níveis que não foram vistos desde o início do século XX, o que tem gerado o aprofundamento da desigualdade de renda.

Ainda sobre a formação dos jovens trabalhadores, Kuenzer (2016) aponta que encontra-se atrelada à formação de subjetividades flexíveis, a qual tem como características: 1) a relação com o conhecimento fundada no pragmatismo utilitarista, na qual cabe à acumulação flexível demandar a ampliação da escolaridade e a apropriação do conhecimento científico-tecnológico necessário à operação de processos e sistemas de base microeletrônica; 2) a individualização; 3) a totalidade substituída pela fragmentação, sendo que as informações, muitas de qualidade discutível, tanto do ponto de vista científico quanto ético, se sucedem rapidamente, o que faz com que os sujeitos percam a capacidade de reflexão e de crítica; 4) a homogeneização das identidades; 5) a redução do real ao virtual; 6) a passividade cognitiva e a perda de interesse pela leitura; 7) a competitividade em substituição à solidariedade; e 8) a naturalização da perda dos direitos trabalhistas.

Diante do exposto, Kuenzer (2016) defende que as novas aprendizagens que o trabalhador tem feito no trabalho, nesse contexto do projeto pedagógico da acumulação

flexível, expõem a necessidade de espaços formativos comprometidos com a crítica, os quais objetivem, a partir do desvelar da ideologia, a construção de um projeto contra-hegemônico que aponte para a emancipação dos que vivem do trabalho.

5. Considerações Finais

Por meio do estudo do arcabouço teórico que compõe este artigo, é possível fazer algumas considerações. Primeiramente, quanto ao trabalho, é notório que os processos de reestruturação do capital visaram apenas a recuperação do ciclo produtivo, assegurando a expansão e a acumulação do sistema, uma vez que, na década de 1970, ele se via ameaçado pela queda da taxa de lucro e pelo esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista. De fato, não houve preocupação com as condições de trabalho do operário, sendo que este, inclusive, teve sua atividade laboral intensificada por meio da implantação do toyotismo, além de ter perdido direitos trabalhistas.

Desta forma, os estudos apresentados permitem inferir que os processos de reestruturação do modo de produção, com destaque para os que ocorreram a partir da década de 1970, visaram e visam apenas a garantia da acumulação e expansão do capital, não se relacionando com os interesses e garantia do direito dos trabalhadores.

Quanto à educação, observamos que, desde o regime escravista antigo, o capitalismo teve forte influência sobre ela, provocando, já naquela época, a divisão da educação entre: a) educação do homem livre; b) educação dos escravos e serviçais. O capitalismo também influenciou a mudança da educação confessional, vigente na sociedade feudal, na qual o comando era da Igreja Católica, para uma educação dita laica e leiga, na qual a centralidade foi passada para o Estado. Além disso, na época da Revolução Industrial, houve a generalização da escola básica e, hoje, a educação se configura como um dos requisitos de sociabilidade e preparação para o exercício do trabalho no regime capitalista.

Deste modo, a educação sempre foi influenciada pelo regime capitalista, desde os seus primórdios até a atual sociedade de acumulação flexível, na qual ela se configura como requisito para que o indivíduo exerça plenamente sua cidadania.

Por fim, no que tange à formação do jovem trabalhador na atualidade, esta é incentivada pela ideia de que o novo trabalhador deve ser mais escolarizado e qualificado, além de operar sob o discurso de que a formação, por si só, garante o sucesso e a ascensão social. No entanto, o que se verifica é uma realidade que tem gerado emprego associado às novas tecnologias, mas com menores salários e maior concentração de renda, o que tem aumentado as desigualdades. Diante disso, é preciso ressaltar a afirmação de Kuenzer (2016), que afirma que esse contexto de projeto pedagógico da acumulação flexível aponta para a necessidade de uma formação contra-hegemônica, que vise a emancipação do trabalhador.

Desta forma, a formação do jovem trabalhador na atualidade é incentivada pela ideia de que este precisa se aperfeiçoar continuamente e opera sob o discurso de que basta frequentar a escola para alcançar o sucesso, o que se revela como utopia diante da constatação do atual mercado de trabalho com menores salários e piores condições de trabalho para esses jovens.

Esperamos que este trabalho possa instigar um aprofundamento sobre temática e contribuir com novos olhares sobre o que está posto quanto à formação do jovem trabalhador na atualidade.

Referências

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FAGIANI, C. S.; PREVITALI, F. S. As mutações no mundo do trabalho e a com(formação) do jovem trabalhador. **Revista Communitas**, v. 2, n. 3, 2018.

FERRETTI, C. J. Considerações sobre a Apropriação das Noções de Qualificação Profissional pelos Estudos a Respeito das Relações entre Trabalho e Educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 401-422, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21463.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

KUENZER, A. Z. A formação dos trabalhadores no espaço de trabalho. **Trabalho Necessário**, Niterói, ano 14, n. 25, 2016.

MACIEL, R. M.; PREVITALI, F. S. Impacto das Políticas Públicas do Trabalhador da Educação na Rede Estadual de Ensino de Patos de Minas/MG em 2011. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 6, p. 326-343, 2011.

NAVARRO, V. R.; PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia e sociedade**, Ribeirão Preto, v. 19, Edição Especial n. 1, p. 14-20, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/SY4RYTzwXbVQ9YGrgjx8PSK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 jun. 2023.

POCHMANN, M. Trabalho e formação. **Educ. Real**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 491-508, maio/ago. 2012. Disponível em: https://www.ufrgs.br/edu_realidade/index.htm. Acesso em: 28 jun. 2023.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C. Trabalho e Educação na nova ordem capitalista: inovação técnica, qualificação e precarização. **HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 65, p. 58-72, out. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8642696/10175>. Acesso em: 25 jun. 2023.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C. A educação, o poder da ideologia e a escola sem partido. **Quaestio**, Sorocaba, v. 20, n. 3, p. 583-599, dez. 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.22483/2177-5796.2018v20n3p583-599>.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.